

Organização

CITCEM/FLUP

Comissão Científica

Comissão Executiva do CITCEM

Comissão organizadora

Carla Sequeira

Joana Sequeira

Secretariado

Vanessa Sousa

Marlene Cruz

Contactos

CITCEM/FLUP

Tlf: 226 077 177

E-mail: oic.citcem@gmail.com

citcem@letras.up.pt

Entrada Livre
www.citcem.org

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM têm como principal objectivo o debate, alargado e transdisciplinar, de problemáticas de investigação, no sentido de cruzar questões teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa.

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM constituem, por isso, um espaço de divulgação e discussão regular de projectos de investigação individuais (teses de mestrado ou doutoramento, projectos de pós-doc, etc.) ou colectivos, dos investigadores e colaboradores do CITCEM, podendo associar investigadores de outros centros ou universidades nacionais e/ou estrangeiras.

OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO CITCEM 18/19

SESSÃO 2
[12.10.18 • 14h00]

Proponente da sessão:
Luís Miguel Duarte e Diogo Faria

«A história da diplomacia portuguesa na Baixa Idade Média: da renovação teórica ao estudo de casos»

LOCAL: Sala do CITCEM [Torre A, Piso 0]

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Cofinanciado por:

 **COMPETE 2020**

 **PORTUGAL 2020**

 **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

 **FLUP** PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

 **UNÃO EUROPEIA**
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

PROGRAMA

14h00

APRESENTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

A história da diplomacia medieval e do início da época moderna: novos objectos e novos métodos | Diogo Faria

O casamento entre Leonor de Portugal e Frederico III: desencontros diplomáticos? | Luís Miguel Duarte

O Tratado das Alcáçovas-Toledo de 1479: protagonistas e problemas a resolver | Diana Pardal

Os embaixadores portugueses: esboço de um perfil | Duarte Babo

16h00

Pausa para café

16h15

Debate

NOTAS BIOGRÁFICAS E RESUMOS

DIOGO FARIA

É licenciado em História, mestre em História Medieval e do Renascimento e doutorando em História na Universidade do Porto. Foi bolseiro de investigação e bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Estudou a burocracia régia e as elites políticas do final da Idade Média. Atualmente, desenvolve uma tese sobre a diplomacia portuguesa entre 1433 e 1495.

A história da diplomacia medieval e do início da época moderna: novos objectos e novos métodos

O estudo da diplomacia suscitou o interesse dos investigadores em História desde o arranque da cientificação da disciplina. Desde o século XVII, abundaram as publicações de colectâneas documentais e de estudos que incidiram essencialmente sobre as relações políticas entre as potências. Nas últimas décadas, com algum atraso face a outras

áreas, as grandes transformações da historiografia do século XX atingiram a história da diplomacia, que renovou os seus problemas, questionários e métodos. Esta comunicação terá como objetivo apresentar um ponto da situação desta renovação historiográfica e abordar a sua potencial aplicação ao estudo da diplomacia portuguesa do final da Idade Média.

LUÍS MIGUEL DUARTE

É docente de História Medieval da Flup; tem trabalhado temas de história urbana, de história económica, de história militar e de história da justiça e da criminalidade. Interessa-se igualmente por Teoria da História e da Historiografia.

O casamento entre Leonor de Portugal e Frederico III: desencontros diplomáticos?

Nos inícios dos anos 50 do século XV, é negociado o casamento de Leonor, irmã de Afonso V, com Frederico III, imperador do Sacro Império. A concretização deste matrimónio nos seus cinco palcos (Lisboa, Siena, Roma, Nápoles e WienerNeustadt) revela um conjunto de desencontros e dificuldades que talvez não tenham sido completamente entendidas pela historiografia portuguesa.

DIANA SOUSA COSTA PARDAL

É licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com média de 16 valores. Frequenta o primeiro ano de mestrado em Estudos Medievais na mesma instituição. O seu trabalho intitulado *O Tratado de Alcáçovas-Toledo de 1479: uma derrota política e uma vitória económica?*, concluído com 18 valores, foi selecionado para ser apresentado nos «Encontros da Primavera».

O Tratado das Alcáçovas-Toledo de 1479: protagonistas e problemas a resolver

O nascimento de D. Joana, a Beltraneja, a 28 de Fevereiro de 1462, marca o início de um período de instabilidade política em Castela, agravado com a morte do rei D. Henrique

IV, originando uma luta pelo trono. Devido às intenções de D. Afonso V de unir as coroas, inicia-se uma guerra (1475-1479) que termina com a elaboração do Tratado de Alcáçovas de 1479. O objetivo desta intervenção é explicar em que consistiram as cláusulas deste tratado diplomático e quais foram as suas principais consequências para o reino português, quer do ponto de vista da política interna peninsular, quer a nível das consequências económicas, relacionadas com a expansão marítima.

DUARTE DE BABO MARINHO

Doutor em História pela FLUP (2017), membro do CEPESE e do CIJVS, dedicou nos últimos anos a sua investigação ao estudo das Elites e da Diplomacia medieval portuguesa. Também tem alguns trabalhos realizados na área da História da Historiografia.

Os embaixadores portugueses: esboço de um perfil

A História da Diplomacia tem demonstrado que em todas as épocas históricas os diplomatas foram selecionados tendo em consideração um determinado conjunto de características. Na Idade Média valorizava-se num diplomata o estatuto social, mas também eram indispensáveis outras particularidades, como o traço psicológico e habilidades mais ou menos padronizadas. Esses atributos tornava-os aptos a representar o reino no exterior. Providos de um discurso eloquente e com qualidades de oratória acima da média, os diplomatas eram, geralmente, altos dignitários da Corte ou do Clero, dotados de poder político, reputados, prudentes e astutos. A aplicação de tão rigoroso crivo era uma medida incontornável, visto que um diplomata era o legítimo representante do rei e do reino no exterior. Em razão disso, o soberano não podia enviar às Cortes estrangeiras «os seus retractos com manchas disformes».